EDINEIDE PINTO DA CRUZ - OAB: 40081/GO

BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB: 33670/GO

ALESSANDRA ABRANTES RODRIGUES E LAGARES - OAB: 35250/GO

SHIRLEY DE FATIMA MOREIRA - OAB: 48451/GO

PAULO HENRIQUE GONCALVES COSTA SANTOS - OAB: 16626E/DF

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do Exmo. Juiz Relator, Alderico Rocha Santos, nos termos da Portaria n. 2/2019 - GBJF, intime-se o Recorrente para que, no prazo de três dias, manifeste-se sobre a alegada intempestividade do recurso apontada pelo Ministério Público Eleitoral, em seu parecer, em observância ao art. 10 do CPC/2015.

Goiânia, 27 de setembro de 2019.

Maria Cristina Caetano Franco

Oficial de Gabinete do GBJF

DIRETORIA-GERAL

Atos do Diretor Geral

Portarias

Licença para Capacitação de Servidor

PORTARIA N. 195/2019 – DG

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, incisos XVIII e XXXVII, do Regulamento Interno, artigo 27 da Resolução TRE-GO n. 274/2017 e artigo 1º, inciso I, alínea "h", da Portaria nº 176/2019 – PRES,

CONSIDERANDO a instrução contida no PAD n. 7748/2019, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Capacitação ao servidor Vinícius Alves de Oliveira, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro funcional deste Tribunal, atualmente lotado na 16ª Zona Eleitoral de Itumbiara-GO, para usufruto no período de 7/10/2019 a 19/11/2019 (44 dias), referente à primeira parcela do segundo quinquênio aquisitivo de 5/5/2010 a 3/5/2015.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 30 de setembro de 2019.

Wilson Gamboge Júnior

Diretor-Geral

Alteração do valor do Auxílio Financeiro sob a forma de Reembolso

PORTARIA N. 196/2019 – DG

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no art. 46, inciso XVIII, da Resolução TRE-GO n. 275, de 18 de dezembro de 2017, e com fulcro no art. 2º, inciso I, da Resolução TRE-GO n. 114, de 14 de maio de 2007,

CONSIDERANDO a necessidade de melhor execução orçamentária e financeira dos recursos existentes do Programa de Auxílio-Bolsa de Estudos;